

EM RAZÃO DA “CHEFIA SUPREMA” OU OS BONS DISCÍPULOS DE MAQUIAVEL: ALGUNS ASPECTOS DA LITURGIA DE PODER NA POLÍTICA DA PARAÍBA REPUBLICANA

Carmelo Ribeiro do Nascimento Filho¹

Uma das características centrais da política paraibana é o personalismo, que torna senão irrelevante, no mínimo secundária, a existência de partidos políticos, uma vez que a base da política na Paraíba até muito recentemente foram às famílias, mediadas ou não por uma estrutura partidária, de ordinário, facilmente manipulada, contudo, mesmo partindo desse pressuposto, ninguém, apenas pelo sobrenome, tão somente bem relacionado com o poder central, ou com idéias firmes e claras para defender ou mesmo com a conta bancária gorda, conseguiu manter-se por muito tempo como figura política de destaque, se lhe faltou, ao menos em âmbito estadual, aquela capacidade de se fazer ouvir, respeitar e seguir, e em último grau, fazer sua vontade ter “força de lei” entre os seus correligionários. Trato aqui, não daqueles que ocuparam uma cadeira na Assembléia Legislativa, mas sim, daqueles que disputaram a “chefia política suprema do Estado”, meta de boa parte do “primeiro time da política paraibana” desde que Álvaro Machado conseguiu direta ou indiretamente governar a Paraíba por vinte anos.

Outra característica fundamental da política da Paraíba é o bipartidarismo, ou, melhor dizendo, não o bipartidarismo, mas a polarização em torno de dois nomes que ganham fórum de partido.

Sendo assim, nesse ambiente de poucas oportunidades, os aspirantes a “chefia suprema”, a “liderança absoluta”, precisavam saber romper com aqueles já estabelecidos e abrir seu próprio caminho, se preciso, com todas as armas possíveis, isso porque os chefes políticos procuravam fazer seus sucessores dentro da própria família, o que quase nunca deu certo na Paraíba, onde o personalismo podia fazer alguém “reinar”, mas não passar a coroa, pois a habilidade política ou o carisma é algo pessoal e intransferível.

Desse modo, saber romper sempre foi fundamental para chegar ao Palácio do Governo ou indicar quem deveria entrar lá. Na história política da Paraíba é possível identificar dois tipos de rompimento, aquele realizado por telegrama, em que o dissidente tinha certeza de que seria vitorioso ou que já estava irremediavelmente

¹ Mestre em Geografia pela UFPB e professor de história da rede pública do município de João Pessoa.

perdido e cujo ato carregava já uma espécie de desdém por sua própria sorte e o rompimento teatral, em geral público, ostentoso, espetaculoso.

Tais rompimentos, raros no Segundo Reinado, uma vez que a existência de apenas dois partidos de fato (Conservador e Liberal) e a indicação do Presidente de Província, dificultava enormemente a vida daqueles que deixavam um partido e buscavam refúgio no campo oposto, pois costumavam ficar mal vistos em ambos; foram costumeiros a partir da implantação da República.

Segundo Horácio de Almeida: “A República chegou a Paraíba sem ter quem a recebesse”², e diante do vazio de poder causado em decorrência disso, figurou na primeira e efêmera junta governativa republicana, o nome de ninguém menos que o chefe do Partido Conservador na Província, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, agraciado em 1888 com o título de Barão do Abiaí, porém, o indicado por Deodoro da Fonseca para governar a Paraíba foi o Juiz de Direito Venâncio Neiva, filiado ao Partido Conservador e recomendado pela influência que os seus irmãos militares tinham sobre o marechal-presidente. Seu secretariado também foi indicado. O republicano histórico Coelho Lisboa, paraibano que vivia no Rio de Janeiro, foi nomeado Chefe de Polícia e o jovem Eptácio Pessoa, Secretário-Geral.

A princípio unidos, não tardaram os primeiros desentendimentos entre o Barão e o Presidente. O primeiro atrito se deu quando Venâncio Neiva, buscando se libertar da tutela do Barão, já em abril de 1890, suspendeu o privilégio da publicação dos atos oficiais do governo, que haviam permanecido monopólio do “Jornal da Paraíba”, órgão dos conservadores, pertencente a Silvino Elvídio Carneiro da Cunha.

A medida foi justificada como economia, porém o recado político havia sido claro, com aquele gesto Venâncio Neiva se emancipava do seu antigo líder a quem devia a primeira nomeação para cargo oficial, a de promotor em Teixeira. Este episódio marcou a formação da primeira divisão política na Paraíba sob a República. Contudo, é preciso lembrar que embora já estivessem desavindos e encabeçando cada um uma chapa para a disputa da eleição para a Assembléia Constituinte de 1891, as relações entre os antigos aliados eram ainda cordiais.

Sendo assim, a ocasião para o rompimento, concebido por Venâncio Neiva para afastar o velho Barão de vez da vida pública, deu-se às vésperas das eleições, em um

² ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978, p. 207.

jantar de gala oferecido aos candidatos do presidente. Nesta ocasião, em que estavam presentes os líderes do antigo partido conservador da capital, Venâncio Neiva provocou uma altercação com o Barão. A troca de palavras foi bastante áspera de modo que Silvino Elvídio Carneiro da Cunha retirou-se do jantar sentindo-se bastante ofendido. O presidente então comunicou a todos que nada mais tinha com o Barão, forçando aqueles que se encontravam presentes e ainda não haviam tomado posição a fazê-lo. Os convivas então se utilizaram do pragmatismo e cerraram fileiras em torno de Venâncio e do seu Partido Autonomista. Realizadas as eleições em setembro daquele ano, o Partido Católico do Barão foi fragorosamente derrotado abrindo caminho para a implantação da primeira oligarquia da Paraíba republicana.

A formação de uma oligarquia foi à justificativa para que o republicano histórico, com larga folha de serviços prestados à causa da República tanto no Rio de Janeiro quanto no Espírito Santo, João Coelho Gonçalves Lisboa, rompesse com Venâncio Neiva ainda em 1890, quando foi desautorizado pelo presidente a prosseguir com um inquérito que tinha como investigado um contraparente do mesmo, acusado de violar correspondências para subtrair os valores enviados da capital para Catolé do Rocha.

Coelho Lisboa, que o presidente havia tornado até mesmo nome de rua, perde instantaneamente o cargo de Chefe de Polícia e a efêmera homenagem. Deixa então a Paraíba para entregar a Deodoro da Fonseca o doesto intitulado: “A oligarquia dos Neivas na Paraíba”, em que enumera os muitos parentes do governador empregados na precária máquina pública do Estado. Nos jornais do Rio de Janeiro denuncia as ações arbitrárias da oligarquia. Entre elas, além do nepotismo, ou, nas palavras da época, filhotismo: corrupção generalizada dirigida pelo próprio presidente no Palácio do governo, empastelamento de jornais, e perseguição de funcionários públicos.

Suas denúncias não causaram efeito nenhum, porém sua militância ao lado de Floriano Peixoto foi o passaporte para ser bem tratado pelo novo presidente indicado para governar a Paraíba quando o Marechal de Ferro tomou as rédeas da República. A escolha de Floriano recaía sobre Álvaro Machado, professor do Colégio Militar da Bahia e recomendado por amigos do Marechal na Paraíba. Álvaro Machado fora ainda colega de escola de Coelho Lisboa, que sem esforço, foi pouco tempo depois eleito para a Câmara Federal e em seguida para o Senado.

No Rio de Janeiro Coelho Lisboa permaneceu ignorante ou indiferente à nova oligarquia que era montada na Paraíba, com os mesmos vícios que a primeira, porém a

princípio com maior discrição de suas práticas, até que em 1907/08, quando esperava ser o indicado para governar o Estado e viu-se preterido pela indicação do nome de João Machado, irmão de Álvaro, rompeu respondendo a um telegrama em que Álvaro Machado lhe pedia a assinatura no manifesto de apóio a eleição do irmão. A resposta veio nos seguintes termos: “Senador Álvaro Machado – Paraíba do Norte – Nossa velha amizade de infância, solidariedade política 17 anos vos terão sobejamente demonstrado meu caráter jamais vítimas de desfalecimentos. Jamais contribuirei com meu nome obscuro, porém puro, para ludíbrio ao meu Estado natal, implantando nele uma oligarquia. Contra oligarquias, contra a candidatura pleiteada por vosso irmão em vosso nome sempre me pronunciei junto a vós com habitual franqueza e lealdade.” Ao telegrama seguiram-se terríveis discursos da tribuna do senado, ao qual Álvaro Machado também senador não respondia, preferindo se ocultar, nos “a pedidos” da imprensa carioca. Essa postura, poucas vezes quebrada, exasperava de tal modo Coelho Lisboa, que ele chegava a utilizar uma linguagem ofensiva da tribuna do Senado. De João Machado chegou a dizer que tinha características de “um criminalóide” e era um tipo “imbecil e epilético”; de Heráclito Cavalcanti, partidário fervoroso de Álvaro, dizia: “energúmeno e promovedor de arruaças” e do antigo aliado, “criminoso” era o adjetivo mais terno³. Não satisfeito foi a Paraíba e percorreu várias vilas e cidades com suas verrinas contra a oligarquia Machado.

Tudo, porém, foi em vão.

Diante do poder da oligarquia, suas palavras encontraram ouvidos moucos e olhos displicentes. Sua platéia diminuía a cada cidade. Terminada sua peregrinação nada mais restava a fazer senão utilizar o tempo que ainda lhe faltava como senador para “desmascarar Álvaro Machado e sua oligarquia” e seguir para o ostracismo, em que a morte o encontrou dez anos depois, quando o senhorio da Paraíba do Norte tinha outra vez mudado de mãos.

Porém, apesar de enfraquecida à oligarquia alvarista, não foi fácil ao aspirante a chefe supremo, Epitácio Pessoa, herdeiro maior do venancismo, realizar os seus planos, mesmo com a morte de Álvaro Machado em 1912. Restava derrotar os demais concorrentes, entre eles o irmão do morto, João Machado, que embora sem muita habilidade política, realizou talvez a mais profícua administração da 1ª República na Paraíba. É certo que a aproximação entre os antigos autonomistas e os alvaristas datava,

³Ver: AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Um radical republicano contra as oligarquias**. Discursos na Academia Paraibana de Letras. Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba; A União, 1981.

pelo menos, de 1902, porém aqueles estavam subordinados a estes, o quê poderia mudar com o desaparecimento de Álvaro Machado.

Desse modo, o primeiro obstáculo que Epiácio Pessoa precisava remover era João Machado, o quê foi feito seguindo o ritual iniciado por Venâncio Neiva, ou seja, o rompimento público. João Machado, que havia concluído seu mandato como presidente da Paraíba, exigia a renúncia de Pedro da Cunha Pedrosa que então ocupava a vaga que fora do seu irmão Álvaro, no Senado, para então ocupá-la. Epiácio Pessoa na presença de vários parente, amigos e políticos no navio que o levava para suas férias na Europa, disse em alto e bom som que Cunha Pedrosa não deveria renunciar a sua cadeira. João Machado que se encontrava próximo ouviu e iniciou uma discussão com Epiácio. Alterado com o que ouvira, o irmão de Álvaro Machado retirou-se depois de alguns minutos, muito ofendido. Por seu lado, Epiácio Pessoa se sentiu insultado pelo rival, que acusou de mal educado e indisciplinado, uma vez que pelo acordo celebrado em 1912 com o Monsenhor Valfredo Leal, segunda pessoa do falecido Álvaro Machado, ele seria o chefe-nacional do partido, enquanto o Monsenhor seria o chefe-local. Depois do incidente, Epiácio escreveu para o então presidente Hermes da Fonseca, informando do rompimento⁴. O presidente concordou com as razões de Epiácio, o quê abreviou a carreira política de João Machado.

Assim, uma vez removido o obstáculo João Machado, o próximo da lista era Valfredo Leal, este, porém, não tinha nada de impulsivo, contava com fortes alianças políticas no interior do Estado e não se deixaria apanhar assim tão facilmente, sendo necessário para apeá-lo do poder três anos de esforços e a aguerrida campanha de 1915, quando Epiácio Pessoa toma as rédeas do Estado, que só fogem inteiramente de suas mãos com a “Revolução de 30”.

É certo que ele enfrentou algumas dificuldades nesses quinze anos. A primeira delas foi causada pela disputa interna dos vitoriosos de 1915, que se dividiram em dois grupos: os “Jovens Turcos”, que haviam ingressado na política na luta contra o Monsenhor Valfredo Leal e sob a proteção do irmão de Epiácio, Coronel Antônio Pessoa; e aqueles denominados pejorativamente por eles de “Goelas”, políticos estes já estabelecidos e, como o próprio Epiácio, oriundos do venancismo. A disputa entre os dois grupos epitacistas foi intensa e Epiácio procurava não melindrar ninguém, assim,

⁴LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução: André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993, pp. 272, 273.

indicou para a presidência do Estado em 1916 o Goela Camilo de Holanda e para auxiliares da administração recomendou o nome de alguns dos Jovens Turcos.

A coexistência dos dois grupos no governo foi, no entanto, impraticável e Camilo de Holanda uma vez no poder começou a tomar medidas por demais autônomas, que desagradavam os Jovens Turcos; o seu protetor imediato, Coronel Antônio Pessoa, com quem embora aliado, Camilo de Holanda tinha uma antiga rusga e o próprio Epitácio, que contemporizou a situação até ser escolhido, em virtude de um impasse entre os Estados mais poderosos da Federação, Presidente do Brasil. A partir daí Epitácio Pessoa não mais admitiria as veleidades de Camilo de Holanda, que voltando à obediência devida, terminou o mandato e foi, como de praxe, indicado na chapa para deputado federal, porém, menos de um mês antes das eleições, Epitácio foi informado pelos Jovens Turcos que Camilo de Holanda teria se alegrado com a morte do Coronel Antônio Pessoa e ainda feito comentários desairosas a respeito dele, episódio testemunhado, entre outros, pelo portador da notícia do falecimento do irmão de Epitácio. Assim, sem obviamente se ausentar do Rio de Janeiro, ou seja, por telegrama, Epitácio procurou se inteirar da veracidade do incidente. Uma vez confirmado o episódio por várias fontes, por telegrama mesmo rompeu e exigiu a renúncia de Camilo em telegrama dirigido a ele, nos seguintes termos:

Rio, 10/02/1921 – Urgente – Reservado – Dr. Camilo Holanda – Paraíba do Norte, - Soube há dias e acabo de ter confirmação acima de toda dúvida que Você ao ser informado do falecimento de Antônio Pessoa, por cidadão da mais alta respeitabilidade, que se apressara em levar-lhe a notícia e dar pêsames por perda tão sensível para o Estado e para mim, seu chefe, seu protetor e seu amigo de tantos anos, tivera frases cruéis e revoltantes para o morto e sua memória, entre outras a de que o inferno iria ficar em festas durante três dias. Foi tal a alegria que você como alucinado, manifestou pelo triste acontecimento que o referido cidadão se retirou sem dar-lhe pêsames, aturdido e indignado. Compreende você que, depois disto, não é possível que o seu nome figure numa chapa apresentada por um irmão de Antônio Pessoa e que tem que ser sufragada por filhos e amigos de Antônio Pessoa. Todavia, em lembrança da amizade que durante tanto tempo nos uniu, quero fazer-lhe esta última concessão: dirija a mim ou à comissão executiva do partido com a maior urgência um telegrama

desistindo da sua candidatura, e a sua exclusão será publicada como ato voluntário. (a) Epitácio Pessoa.⁵

Diante das circunstâncias Camilo nada pode fazer senão aceitar os termos de Epitácio e renunciar a sua candidatura, substituída pela de Ascendino da Cunha, vinte dias antes do pleito.

Epitácio Pessoa seguiu fazendo as indicações para o governo da Paraíba, porém depois de ter sido Presidente do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e da República, queria de bom grado renunciar a “chefia suprema da Paraíba” e descansar da politicalha que lhe chegava por telegramas enviados pelas “notabilidades de aldeia” da Paraíba, mas para isso precisava fazer seu sucessor, como não tinha filhos, escolheu para sucedê-lo seu sobrinho preferido, João Pessoa, que era juiz do tribunal militar e residia há pelo menos duas décadas no Rio de Janeiro. Assim, foi ainda pela indicação de Epitácio Pessoa, que sem esforço nenhum, o ainda jovem juiz desembarca na Paraíba, com carta branca do seu tio para governá-la a seu modo. Em menos de dois anos João Pessoa, com a sua política de moralização dos costumes políticos e de promover a independência econômica do Estado em relação a Pernambuco, assim como pela sua falta de tato político, pôs abaixo a cadeia de alianças que Epitácio construía desde os já distantes tempos de Venâncio Neiva, e levou o Estado a guerra civil.

A cisão então ocorrida entre aliancistas, fiéis a João Pessoa e partidários da chapa presidencial da Aliança Liberal encabeçada por Getúlio Vargas e que tinha o Presidente da Paraíba como vice; e perrepistas, aliados em âmbito nacional ao Partido Republicano Paulista e, por conseguinte, da candidatura Júlio Prestes e em âmbito estadual inimigos de João Pessoa teve ainda significação na política da Paraíba até os anos 80, porém foi das hostes aliancistas que surgiram as três lideranças que em um complicado jogo de alianças e rompimentos, menos teatrais que os da Primeira República, disputaram a chefia política da Paraíba até 1958, foram eles José Américo de Almeida, Argemiro de Figueiredo e Ruy Carneiro.

É bem verdade que no período 1945 a 1964 a prática de eleições diretas, em que o número de votantes era bem mais significativo que antes de 1930, bem como a maior dificuldade de manipular os resultados, levou a que nenhum deles conseguisse de fato tornar-se aquilo que mais ambicionavam, ou seja, chefe supremo, a moda de Álvaro

⁵O telegrama foi transcrito por: MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982, p. 222.

Machado ou Epitácio Pessoa, pois era preciso combinar antes, com esse inconveniente personagem que ingressava na cena política paraibana, o povo.

Mesmo assim, os acordos de cúpula continuaram a acontecer, exemplo maior foi a “Pacificação” efetuada em fins do governo José Américo de Almeida, eleito por uma aliança PL/PSD, leia-se ele mesmo e Ruy Carneiro, para evitar uma ferrenha disputa entre Argemiro de Figueiredo (UDN) e Ruy Carneiro (PDS), uma vez que apesar da sua imensa popularidade no fim do mandato, não conseguiria sozinho, fazer o seu sucessor.

O acordo proposto por Zé Américo, estabelecia que o governo da Paraíba em 1955 caberia a UDN, que faria uma lista de dez nomes, entre os quais o candidato seria escolhido, por ele e o PSD, enquanto o vice seria do PSD. Nestes termos o escolhido foi o usineiro Flávio Ribeiro Coutinho e como vice o jovem Pedro Gondim, ex-secretário de governo de José Américo.

Acordo feito, governador eleito sem suar a camisa. Assim, um ajuste de cúpula substituía de fato, embora não de direito, as eleições na Paraíba, porém Flávio Ribeiro Coutinho não conseguiu governar por muito tempo, pois, em dezembro de 1957 uma trombose cerebral o impediu de exercer suas funções, deixando o governo interinamente nas mãos do jovem e carismático Pedro Gondim, que com a máquina nas mãos só fez aumentar a sua popularidade, o que o credenciava a disputar as próximas eleições para o executivo estadual.

As eleições para o senado, disputadas em 1958 beneficiaram ainda mais Pedro Gondim, uma vez que José Américo de Almeida perdeu as eleições para Ruy Carneiro; e a UDN, que já se encontrava dividida entre a tradicional chefia de Argemiro de Figueiredo e a liderança cada vez mais sólida de João Agripino Filho, rachou de vez, pois na reunião destinada à escolha do candidato do partido ao senado naquele ano, deu-se o rompimento entre os dois. Severino Ramos narra do seguinte modo o rompimento:

“Ao abrir a reunião, Argemiro, numa pose imperial, como um cacique dirigindo-se a sua tribo, comunicou, sem mais delongas, o seu apoio ao nome de Ruy Carneiro e a colaboração da UDN com o governo pessedista que se instalava.

Agripino, na sua calma britânica, contestou as duas propostas, lembrando que ele e seus companheiros não podiam admitir que tivessem sido convocados apenas para receber a comunicação de um fato consumado, de uma decisão unilateral. Como integrantes do Diretório Regional tinham poder de decisão e não podiam aceitar um chefe que não fosse do partido, que não defendesse seus postulados.

Argemiro, surpreso, não controlou sua exaltação e travou um áspero diálogo com o seu contestador, chegando a afirmar que “Se a UDN vier apoiar a candidatura de José Américo eu romperei com a UDN”.⁶

A discussão continuou e apesar de toda sua experiência política, Argemiro perdeu a queda de braço com João Agripino nesta mesma reunião, em que o diretório escolheu apoiar José Américo, não restando alternativa ao velho líder senão deixar a UDN, o quê fez naquele mesmo ano, quando ingressou no PTB.

Tudo somado quem saiu fortalecido foi Pedro Gondim, cuja popularidade cresceu a ponto de despertar o movimento queremista que visava a sua reeleição⁷, bastava apenas combinar com o líder máximo do PSD paraibano, Ruy Carneiro, que, se sentindo ameaçado pela jovem liderança que despontava, impôs o nome do seu irmão e deputado federal Janduhy Carneiro, porém, Pedro Gondim já havia galvanizado vasto apoio popular na capital e arredores e o apóio tanto da UDN quanto do PL e para completar o PSB lhe oferecia a legenda.

Mesmo assim Pedro Gondim tentou de todas as formas permanecer no PSD, mas acabou expulso na madrugada de 29 para 30 de abril de 1958. No dia seguinte oficializou o rompimento com o senador Ruy Carneiro, responsável pela sua expulsão, com um telegrama que causou sensação e foi o ponta-pé inicial de sua vitoriosa campanha ao governo do Estado. Nele Pedro Gondim assim se expressava: João Pessoa, 30 – Senador Ruy Carneiro – Prefiro ser expulso por rebeldia a ser condecorado por subserviência. Só não poderão devolver-me é o meu grande trabalho já incorporado ao patrimônio do partido e à vitória de V. Exa. Sou expulso porque não aceitei a candidatura do seu irmão. E qual a sentença que se imporá ao povo paraibano por derrotá-lo nas urnas de 3 de outubro? Ass. Pedro Gondim.⁸

Pedro Gondim foi eleito, porém poucos anos depois viria o golpe militar e as eleições indiretas, de modo que, a partir daí, com as escolhas de cúpula para o Palácio da Redenção e a oposição manietada, os rompimentos teatrais perderam a razão de ser, embora a formalização do rompimento do deputado e Presidente da ARENA na Paraíba

⁶ RAMOS, Severino. **Agripino**: o mago de Catolé. João Pessoa: A União, 1991, p. 69.

⁷ Legalmente não se tratava de uma reeleição, proibida pela Constituição de 1946, pois Pedro Gondim permanecia no governo como interino e somente assumiria de direito o governo como substituto e sucessor em caso de morte de Flávio Ribeiro Coutinho. Porém, para não ser apanhado de surpresa, ao agravar-se o estado de saúde do governador, Gondim renunciou ao cargo de vice-presidente, podendo assim concorrer nas eleições de 1960.

⁸ZENAIDE, Hélio. Pedro Gondim: ascensão e declínio de uma liderança popular. In.: SILVA, Francisco Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda; SANTOS, Walter. (Coord.). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960 – 1990**. João Pessoa: API; A União, 1993, p. 146.

Valdir dos Santos Lima, do alto da tribuna da Assembléia Legislativa, com o então governador Ivan Bichara, que não havia honrado o compromisso de indicá-lo para vice, seja quem fosse o seu candidato a governador e sua adesão a candidatura de Antônio Mariz na eleição indireta mais acirrada que já existiu na Paraíba, tenha inflamado ainda mais a pressão popular que se exercia em nome de Antônio Mariz e melhorado as condições eleitorais do candidato.

Este, a principio tentou manter sua candidatura dentro da liturgia aceita pelo regime militar, contudo as manifestações populares espontâneas, a seu favor, e a intransigência do então governador Ivan Bichara em tê-lo como candidato, o fizeram romper com o governo da Paraíba, quando voltava de Brasília, onde fora buscar a viabilização da sua candidatura. Ao desembarcar no aeroporto Castro Pinto, o então candidato a eleição indireta, foi recepcionado, ainda na pista de pouso, por cerca de mil correligionários, de modo que o comissário se viu impossibilitado de acionar a escada de desembarque, até que Mariz pulou sobre a multidão, que o segurou nos braços e o conduziu em carreata até a Praça João Pessoa, onde seus correligionários, deputados Ramalho Leite, Tarcizo Telino e Edvaldo Mota, esperavam com toda a estrutura montada para a realização de um possível comício.

Após a chegada do candidato, em poucos minutos, a Praça João Pessoa era tomada por cerca de cinco mil pessoas, que ouviram o curto discurso de Mariz, que assim rompeu com o governo da Paraíba:

“Não quero entendimentos com os donos do poder. Prefiro e preferirei sempre ficar com o povo da Paraíba. Em toda essa peregrinação melancólica, em momento algum admiti ser o candidato dos desvãos de palácio, ou dos conluios domésticos, dos que pensam ser donos ou donatários da Paraíba.

Se admiti que meu nome fosse submetido a esse colégio eleitoral singular, é porque percebia ou julguei perceber que era o povo da Paraíba, que era o meu partido, que pediam que eu governasse esse Estado.

Mas, um dia, o povo há de recuperar os seus direitos políticos. Um dia, o povo há de voltar a votar. E nesse dia, os que o traíram, os que brincaram com sua sorte, serão julgados, serão condenados”.⁹

Em seguida a multidão o carregou nos braços até a casa da sua sogra, Mabel Dantas, na Rua Santos Dumont.¹⁰

⁹MACHADO, Jório. **Resistência ao medo**: história de uma eleição indireta para governador. João Pessoa: O momento, 1978, p.56.

Mariz não foi eleito em 1978 e seu ingresso no PMDB poucos anos depois, acompanhado do ex-governador João Agripino, foi o motivo alegado para que o promissor deputado Marcondes Gadelha deixasse o partido e ingressasse no PDS¹¹, do então governador Tarcísio Burity, onde seria, ao que tudo indicava, candidato ao senado no ano de 1982.

O rompimento de Marcondes Gadelha com o PMDB e seu presidente estadual Humberto Lucena, que surpreendeu a Paraíba, foi anunciado pelo governador em entrevista coletiva no Palácio da Redenção, em 16 de fevereiro de 1982. No dia seguinte vasta comitiva, encabeçada pelo chefe do executivo, foi buscar o então deputado federal Marcondes Gadelha no aeroporto Castro Pinto de onde foi conduzido em carreta para a Câmara de Vereadores de João Pessoa, lugar onde assinou o termo de filiação ao PDS.

A carreira política de Marcondes Gadelha não foi tão promissora quanto parecia no início dos anos 80, porém, com a redemocratização, voltaram à cena política aqueles que iriam protagonizar o rompimento mais teatral da história política da Paraíba, trata-se dos ex-deputados cassados Ronaldo Cunha Lima e José Targino Maranhão. Este governava o Estado em 1997, por ter sido vice do falecido governador Antônio Mariz, ele de novo, e Ronaldo Cunha Lima havia governado o Estado de 1990 a 1994 e ambos eram filiados ao PMDB.

Tudo parecia perfeito, pois Zé Maranhão seria candidato à reeleição recém aprovada, Ivandro Cunha Lima, irmão de Ronaldo, seria o vice na mesma chapa e Cássio Cunha Lima, filho de Ronaldo, então prefeito de Campina Grande seria o candidato ao governo em 2002, porém, há sempre um porém na história da Paraíba, na noite de 21 de março de 1997, no Clube Campestre, em Campina Grande, na festa de aniversário do ex-governador, recebido de praxe com muitos foguetes e já um pouco incomodado com a crescente popularidade do até então inexpressivo Zé Maranhão e, segundo as más línguas, com algumas doses de uísque a mais, teria ouvido com preocupação o maior número de fogos queimados em honra do governador e teria dito – “Política é foguete” e rompido ali mesmo, afinal não podia admitir que na sua terra, no seu aniversário, fosse menos prestigiado que o companheiro de Partido. Os fogos, segundo ele seriam dos bajuladores da comitiva de Zé Maranhão. Assim, de dedo em

¹⁰ Na Paraíba, no curto período entre as ditaduras que tomaram o poder no Brasil do século XX, 1945 – 1964, fazia parte da liturgia eleitoral, que os partidários, depois de passeatas e comícios acompanhassem o candidato até o lugar de sua residência.

¹¹ A família Gadelha era tradicional inimiga dos Mariz/Maia no município de Souza, não podendo assim conviver no mesmo partido. As disputas entre esses grupos familiares data pelo menos de 1930.

riste no nariz do governador, teria gritado: “Governador, segure seus traidores, seus assessores, seus bajuladores!”¹² O governador passou mal, os apupos, empurrões e palavrões irromperam de parte a parte e a Paraíba foi outra vez dividida em dois grupos que se digladiam até o momento em que ponho um ponto final nesse texto, outra vez não em torno de idéias, mas de dois nomes, Zé Maranhão e Cássio Cunha Lima, filho do ex-governador Ronaldo Cunha Lima.

Bibliografia

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **Um radical republicano contra as oligarquias**. Discursos na Academia Paraibana de Letras. Secretaria da Educação e Cultura da Paraíba; A União, 1981.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo; FLAKSMAN, Sérgio. **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução: André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MACHADO, Jório. **Resistência ao medo: história de uma eleição indireta para governador**. João Pessoa: O momento, 1978.

MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República**. João Pessoa: A União, 1982.

NERY, Sebastião. **A eleição da reeleição: histórias Estado por Estado**. São Paulo: Geração Editorial, 1999.

RAMOS, Severino. **Agripino: o mago de Catolé**. João Pessoa: A União, 1991.

RAPOSO, Eduardo. **1930: seis versões e uma revolução – História oral da política paraibana (1889-1940)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2006.

ZENAIDE, Hélio. Pedro Gondim: ascensão e declínio de uma liderança popular. In.: SILVA, Francisco Pontes da; MELLO, José Octávio de Arruda; SANTOS, Walter. (Coord.). **Poder e política na Paraíba: uma análise das lideranças 1960 – 1990**. João Pessoa: API; A União, 1993, pp. 131 – 164.

¹² Ver sobre o episódio: NERY, Sebastião. **A eleição da reeleição: histórias Estado por Estado**. São Paulo: Geração Editorial, 1999, pp. 157 – 163.